

A hipermilitarização nas plataformas digitais: barreiras ao empoderamento feminino

Laura Alves Menon¹

Felipe Schmals Silveira²

Resumo: Hipermilitarização é uma ferramenta no Brasil, excedendo a ideia de militarismo, reproduz guerra, violência e simbologia das Forças Armadas em âmbitos do tecido social, impactando negativamente o desenvolvimento das mulheres. Esta pesquisa visa analisar como essa ideia carrega a personificação da força física e violência para um cenário de guerra constante, e como a violência de gênero em contexto hipermilitarizado é notada habitualmente, através da dominação, não somente sexual ou social mas também econômica, pois depreende-se da análise que se constitui dimensão institucional através das forças de segurança do Estado – encorajando a ascensão das Forças Armadas ao poder como instrumento de controle. A perpetuação do patriarcado utiliza símbolos hierárquicos de força, coragem e honra, fundamentalmente masculinos, ocultando nesse discurso diferentes formas de violência de gênero. Exploraremos como a propaganda belicista transpassa a sociedade através das redes sociais, disfarçando em conteúdos humorísticos vídeos que contam com ideias pró-violência e discursos de ódio às mulheres. Através da análise qualitativa dos conteúdos, investigamos como o Estado e seus agentes têm sido difusores disso, aproveitando-se das redes, contando com a sensação de insegurança disseminada na população, que acredita necessitar o uso das Forças Armadas para ter segurança, e como essa legitimação do uso da força os alimenta com valores de masculinidade, poder e supremacia, servindo como catalisador para promover desigualdades de gênero. Compreenderemos como o controle social através dos pilares do militarismo se dá nas plataformas, respaldando discursos de valores tradicionais, reforçando a violência e promovendo relações de poder desiguais, impactando socioeconomicamente às mulheres.

Palavras-Chave: Hipermilitarização; Violência de Gênero; Mídias Digitais; Controle Social.

Abstract: Hypermilitarization is a tool in Brazil that goes beyond the idea of militarism, reproducing war, violence, and the symbolism of the Armed Forces in the social fabric, negatively impacting women's development. This research aims to analyze how this idea carries the personification of physical strength and violence to a scenario of constant war, and how gender violence in a hypermilitarized context is habitually noted, through domination, not only sexual or social but also economic, as it can be inferred from the analysis that it constitutes an institutional dimension through the State's security forces - encouraging the rise of the Armed Forces to power as an instrument of control. The perpetuation of patriarchy uses hierarchical symbols of strength, courage, and honor, fundamentally masculine, hiding in this discourse different forms of gender violence. We will explore how warmongering propaganda permeates society through social networks, disguising videos that contain pro-violence ideas and hate speech against women as humorous content. Through qualitative content analysis, we investigate how the State and its agents have been disseminating this, taking advantage of networks, counting on the feeling of insecurity spread among the population, who believe they need to use the Armed Forces to have security, and how this legitimization of the use of force feeds them with values of masculinity, power and supremacy, serving as a catalyst to promote gender inequalities. We will understand how social control through the pillars of militarism occurs on platforms, supporting discourses of traditional values, reinforcing violence and promoting unequal power relations, impacting women socioeconomically.

Keywords: Hypermilitarization; Gender-Based Violence; Digital Media; Social Control.

¹Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas; Pós-Graduada em Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; E-mail: laura.menon@sou.ucpel.edu.br..

²Mestrando em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas; Graduação pela Universidade Federal de Pelotas; E-mail: felipe.silveira@sou.ucpel.edu.br.

Introdução.

O presente ensaio advém de uma pesquisa que surgiu nos estudos do Laboratório de Sociologia do Direito, na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), cujos resultados preliminares foram apresentados no Evento Seminário de Estudos Empíricos em Direito (SEED), no Grupo de Trabalho Hipermilitarização da Vida: O Espectro da Guerra e o Direito como Técnica de Controle Social, em novembro de 2024. Neste estudo, norteado pela noção de Hipermilitarização, analisa-se a violência de gênero em um contexto de mídias sociais, em redes como o Instagram, e como esses conteúdos podem fomentar discursos que impactam o empoderamento feminino.

Este trabalho integra um projeto mais amplo, intitulado "Tecnopolítica e governamentalidades à direita: uma cartografia dos discursos conservadores nas plataformas digitais" iniciado em 2019 e composto por uma rede de pesquisadores de diversas instituições brasileiras e estrangeiras. Ao longo de aproximadamente um ano, realizamos coleta diária de dados em grupos de WhatsApp autodeclarados separatistas/extrema direita, arquivando o material em pastas organizadas conforme indicadores previamente estabelecidos. Além disso, entrevistas em profundidade, observação participante e registros etnográficos de pesquisas paralelas (ROSA, 2019; ROSA et al., 2024; ROSA; RAMOS et al., 2025; ROSA; SOUZA et al., 2025; SOUZA et al., 2023; SOUZA; ROSA, 2023) complementam a pesquisa a partir da análise de plataformas digitais como YouTube e Instagram, que veiculam discursos sobre gênero, sexualidade, controle de drogas, punitivismo, economia, cristianismo, tradição, "liberdade de expressão" e desinformação. Esse conjunto de estratégias metodológicas visa, sobretudo, mapear como valores conservadores e de extrema-direita são produzidos e circulam em ambientes digitais, gerando implicações sociais, políticas e culturais que se interligam à violência de gênero analisada no presente estudo.

Investiga-se as estratégias utilizadas para amplificar conteúdos conservadores e como essas narrativas contribuem para a normalização da violência contra mulheres, tanto no plano simbólico quanto físico. Para isso, utiliza-se como referencial teórico conceitos como o de violência simbólica (BOURDIEU, 2011), hipermilitarização (BORDIN, 2021; BORDIN; MORAES, 2017) e platformização da governamentalidade digital (ROSA; AMARAL; NEMER, 2022). Além disso, fundamenta-se a análise em autoras feministas que contribuem

para uma perspectiva interseccional e crítica da violência de gênero (CAMPOS; CARDOSO; BERNARDES, 2024; CAMPS-FEBRER; PEREJUAN, 2016; CRENSHAW, 1991; SEGATO, 2014).

Mediante diferentes teorias de enfoque essencialmente sociológico, principalmente a de Bordin (2021), onde se entende que a perspectiva de *hipermilitarização da vida* excede à ideia militarista comum, e reproduz-se nesse sentido, às noções de guerra, violência e simbologia das Forças Armadas em variados âmbitos do tecido social, reverberando não somente na Segurança Pública do país, como também, fundamentalmente, na educação, na economia, no campo jurídico-institucional, e, sobretudo, no cotidiano das pessoas, potencialmente, também, através de conteúdos consumidos nas redes sociais. Mediante tal princípio, se entende que esse fenômeno pode gerar diversos impactos essencialmente negativos, principalmente quando se trata do desenvolvimento socioeconômico do gênero feminino.

Dessa maneira, a pesquisa visa analisar como a ideia de militarização carrega consigo a personificação da força física e da violência para um cenário de guerra constante, sendo reforçada por princípios visceralmente patriarcais, de gestão econômica neoliberal capitalista, gerando assim, valores patriarcalistas extremos em suas esferas de atuação. A violência de gênero em um contexto hipermilitarizado é passível de ser notada habitualmente, através da dominação, não somente sexual, nem só social - no descrédito ao gênero feminino por ser considerado menos forte e menos apto, mas sobretudo, econômico, pois depreende-se com a análise que se constitui dimensão institucional através das forças de segurança do Estado, que estabelecem relações socioeconômicas em uma esfera onde as mulheres historicamente têm pouquíssimo espaço.

Assim, a perpetuação do patriarcado através das suas formas de dominação por mecanismos legais que o Estado e aqueles no poder manipulam através desse quadro, utiliza símbolos hierárquicos, de força, patriotismo, coragem e honra que são fundamentalmente masculinos, ocultando nesse discurso diferentes formas de violência de gênero. Para isso, é explorado como a propaganda belicista transpassa a sociedade através de um *soft power* especialmente em redes sociais, disfarçadas de conteúdo humorístico, perpetuando vídeos que iniciam com *hashtags* (palavras que categorizam temáticas e conteúdos em redes sociais) motivacionais em diferentes mídias digitais que contam essencialmente com imagens pró-polícia, armamento, e junto disso, são carregados de misoginia e discurso de ódio às mulheres,

reforçando discursos ofensivos e papéis de gênero rígidos de uma sociedade ultraconservadora. Entretanto, é de fundamental importância destacar que esses conteúdos vêm disfarçados também de teor humorístico (sendo categorizados enquanto *hashtags* de ‘piada’ ou ‘meme’).

Objetiva-se investigar, através de uma análise qualitativa desses conteúdos e discursos, como o Estado e suas instituições têm sido difusores dessas ideias, aproveitando-se de plataformas digitais, contando com a sensação de insegurança, cultura do medo e pânico moral (COHEN, 1980) disseminadas na população, que acredita ser necessário o uso das Forças Armadas para se sentirem seguros, e como essa legitimação do uso da força alimenta a sociedade com valores e princípios de masculinidade, poder e supremacia, servindo como catalisador para promover desigualdades de gênero.

Pretende-se também, compreender como o controle social através dos pilares essenciais do militarismo, como o patriarcado e o capitalismo, amparados legalmente, se dão com facilidade nas mídias digitais, respaldando um discurso carregado de valores androcêntricos tradicionais como o autoritarismo e glorificação da força, reforçando a misoginia e promovendo relações de poder desiguais, gerando impacto socioeconômico para aqueles que não estão condizentes com o ideal de força e virilidade buscado pelo sistema: corpos do gênero feminino.

Devido à forte intersecção de temas observados nesse rolar de dedos pelos *reels* dessa subcategoria de conteúdo específica da plataforma Instagram, nota-se que há uma articulação de atores e influenciadores na rede, sugerindo um trânsito intenso de conteúdos que notoriamente reforçam a exclusão e o preconceito ante ao gênero feminino e suas características. Por isso, um dos objetivos primordiais é aprofundar o debate, a análise e a compreensão sobre como essas redes digitais contribuem para a potencialização, manutenção e disseminação da violência de gênero, analisando como regras e padrões de comportamento emergem, são reforçados ou contestados nesses espaços.

1. Hipermilitarização no Brasil: A Gênese da Polícia Brasileira para ordem e manutenção da Segurança Pública

A herança do militarismo no Brasil é muito forte. Não somente pela potente cultura de violência e ostensividade militar deixada pela Ditadura de 1964, mas em si porque as polícias são militarizadas em sua gênese (BORDIN, 2015). A própria formação das polícias brasileiras

se baseou em modelos militares que visavam primordialmente pela defesa do território, e em segundo lugar, pela defesa do próprio Estado - deixando de focar, portanto, na proteção do seu povo e dos seus cidadãos.

Além disso, para reforçar tal análise, a constituição da nação, como instituição e representação está em suas origens formada e informada pelo uso da força de forma sistemática (BORDIN, 2015). Dessa maneira, é imprescindível notar que a manutenção da ordem e da segurança pública se dá principalmente através de valores, ações e atitudes baseados, portanto, na violência armada e em características essencialmente militaristas. Assim,

A ideia de “militarização” é um fato contínuo, total e que pode ser observado em toda a história humana, inserido na sociedade como algo normal e naturalizado. Também se faz necessário entender que a sociedade está passando por um processo de “hipermilitarização”, ou seja, vivendo um processo que está além da militarização cotidiana dos processos sociais (BORDIN, 2021, p.23).

Esse conjunto de ações reforça, por consequência, uma ideia que tem o seu desenvolvimento contínuo com a formação de um estamento patriarcal e patrimonialista, visto que o militarismo, nesse sentido, pode ser compreendido como um conjunto de valores baseados na centralidade da violência armada e da força como principal forma de dissuasão, eliminação e punição de tudo aquilo que é apresentado ou percebido como inimigo ou ameaça à existência de uma ordem social em vigência. Os atores compreendidos nessa dinâmica atuam na manutenção de uma ordem estabelecida e que se utiliza de determinadas práticas sociais para garantir que o poder do estado permaneça nas mãos de uma elite política - ou, por vezes, também econômica - capitalista e neoliberal.

Por isso, simbolismos que remetem ao militarismo podem ser tão exaltados no país, e vinculados à falsa sensação de segurança que todas suas fortes insígnias de poder de fogo, armamento pesado, equipamentos que enaltecem a violência, táticas e técnicas militares, e, inclusive, às cores e estampas, parecem ser tão sedutores e atrativos para fomentar tal fantasiosa sensação. Sendo assim, é evidente que a cada crise na segurança pública do país, diversos atores, mas sobretudo os midiáticos, trazem à tona uma certa necessidade de intervenção das Forças Armadas no Brasil. Dessa forma, a criação dessa expectativa midiática do clamor da sociedade - tão dependente de suas mídias sociais - por mais segurança, ou, como enaltece

Bordin (2015), pela *sensação de segurança*, fazem com que as forças armadas tomem cada vez mais parte em ações e espaços que são de naturezas diversas (policiais e, perigosamente, civis).

O grande problema, entretanto, é que essa expansão acontece através do consentimento de um ator extremamente importante: o Estado. Por meio de leis, assevera-se a possibilidade da intervenção armada para a garantia da “lei e da ordem”, é claro, dos cidadãos de bem que não se opõem às ideias militarizadas no cotidiano. Nesse sentido,

Podemos verificar que, cada vez mais, a militarização da segurança pública será recorrente, apesar de todo o discurso envolvendo questões como “direitos humanos”, “polícia comunitária” ou até mesmo mudanças constitucionais propostas em diversas “Propostas de Emenda Constitucional” de desmilitarização, aliado ao que resolvemos denominar de “policialização” das forças armadas, e que nos parece ser irreversível com a criação Força Nacional de Segurança (BORDIN, 2015, p.5).

Assim, todo esse fomento, facilidade e discurso legitima um maior poder às Forças Armadas e seus ideais visceralmente arraigados por valores essencialmente violentos, masculinizados, que enaltecem uma força física desmedida, exaltação de um inimigo interno (que, muitas vezes, podem ser os corpos feminilizados, justamente por se oporem tão fortemente à esse estamento) e características viris. Essa centralização da força física e da violência em ações públicas que se exercem contra certas comunidades e populações, estabelecem um padrão específico de sociabilidade e economia, e, como evidenciam autoras que dão aporte de crítica feminista à pesquisa, a antropóloga Segato (2014), Blanca Camps-Febrer, Gemma Bové e Marina Perejuán (2016), possuem um efeito muito diferente entre homens e mulheres, tanto pelas suas posições sociais, quanto pela violência direta que sofrem sobre seus próprios corpos.

2. Patriarcado, Capitalismo e Militarismo - Um vínculo institucional

A personificação mais óbvia e visível do militarismo é a centralidade da força física e da violência. A utilização e a necessidade dessa força é logicamente aplicada em contextos de conflitos e guerras - mesmo que sejam praticados no cotidiano, em outros meios (podendo ser chamados de *híbridos*) de guerra (LEIRNER, 2020; ROSA et al., 2024). Tornando as trincheiras ambientes personalizados de formas diferentes, como a vida no dia a dia das populações e comunidades ou até mesmo, crucial para nossa presente análise, as mídias sociais, pode-se

observar que a violência através sobretudo da força física é aplicada em conflitos contra inimigos que são, nesses casos, as comunidades e população civil. Essa violência, nem sempre física, podendo ser analisada também sob um viés simbólico (BOURDIEU, 2011a) através de simbolismos agressivos e militares, destrói e desestrutura relações sociais e econômicas, gerando impactos profundos no desenvolvimento - encaixando-se ao objetivo desta pesquisa, das mulheres.

A violência de gênero que se desenvolve em contextos de guerra (sejam elas tradicionais ou híbridas como os conflitos modernos) afeta homens e mulheres de forma desigual, e vai muito além da violência física, direta. Para compreender melhor essa dinâmica e seus pilares essenciais - como o patriarcado, o capitalismo e a violência de gênero (todos muito presentes em conteúdos veiculados nas plataformas analisadas neste estudo e nesse contexto hipermilitarizado) - ressalta-se Camps-Febrer (2016):

O patriarcado impõe uma certa masculinidade e uma certa feminilidade e atribui características ligadas aos sexos pelas quais a subordinação das mulheres parece natural e normal. Quando falamos de patriarcado, então, falamos de relações de dominação entre os sexos, nas quais as mulheres estão subordinadas ao poder dos homens, mas nas quais também se impõem identidades masculinas estritas que os homens devem seguir. Ao mesmo tempo, esta dominação patriarcal cruza-se com a imposição de estruturas econômicas e políticas globais através da força e do militarismo. O militarismo pode ser definido como um conjunto de valores, atitudes e ações baseadas na centralidade da violência armada e da força como forma de dissuasão, eliminação e punição contra o que é apresentado ou percebido como inimigo ou ameaça à própria existência de uma ordem social (CAMPS-FEBRER, 2016, p.23).

Nesta análise, partiremos da ideia de que há uma ligação entre patriarcado e militarismo, e neste elo, a vertente militar emana de uma esfera política mais masculinizada do Estado. Sendo a política responsável não somente pelos processos gerenciais do estado, mas sobretudo, como um mecanismo que afeta todas as áreas da vida em sociedade, e até pode ser um colonizador de corpos e mentes (CAMPS-FEBRER, 2016, p.24). Dessa forma, a política quando impregnada pelo militarismo afeta não somente as relações sociais, mas também a identidade de uma nação. Por isso é fundamental entender como essa ligação perpetua o que mais perigoso tem no patriarcado: os discursos de ódio ao gênero, o descrédito às mulheres, à humilhação e vexação de suas identidades, o impacto devastador e o atraso no seu desenvolvimento socioeconômico, e, principalmente, à morte de seus corpos através do contexto constante de guerra.

Em conjunto com essas características, a dimensão institucional também pode se tornar essencialmente negativa quando se alia à elas, principalmente para o desenvolvimento das mulheres. Partindo da ideia de que as forças de segurança do Estado são atores institucionais fundamentais para fomento e legitimidade da aliança entre a “elite” (política e econômica que gere o estado) e a hipermilitarização (e seus atores e valores arraigados), todos esses espaços e instituições essencialmente masculinizados, as mulheres sempre tiveram (e têm) pouco lugar. O homem é sempre apresentado como o sexo mais forte, mais capaz de usar a força e ao mesmo tempo não se deixar levar por sentimentalismos - é essa figura que tem ocupado as estruturas militares, instituições fortes que são consideradas pilares da sociedade, posições de prestígio na política, além de serem eles os representantes daqueles que efetivamente foram à guerra, ou que reprimem a população intransigente em contextos de qualquer conflito.

Entretanto, Bordin (2021), cita Florestan Fernandes e a posição que as mulheres historicamente têm para a visão masculina em contextos de guerra:

Florestan Fernandes (2006, p.179) afirma que ela, a guerra, afeta também o universo feminino, sendo que as mulheres possuíam, e possuem ainda nos conflitos bélicos atuais, funções que não seriam de natureza “militar” especificamente, e nesse caso entendemos que o “combate” seria uma atividade “militar”. Em outras épocas também era comum às mulheres acompanharem seus maridos nos deslocamentos para participarem das batalhas, ficando a cargo de funções como cozinhar e atender aos feridos nos combates. Por diversos conflitos ao redor do planeta, a participação feminina sempre foi intensa, mas sempre relegada a funções de não combatentes e que no mundo masculino sempre foram colocadas como não importantes (BORDIN, 2021, p.39).

Evidentemente, tendo as mulheres sempre ficado em posição de subordinação em relação ao sexo masculino e à figura do homem dominante, não é de se admirar que nesse entrelace o patriarcado seja reforçado pelo militarismo, e este reforçado pelas relações de poder e alianças que queiram reforçar o *status quo* vigente que continuam gerando desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas (PEREJUAN, 2016), ainda:

Os sistemas de dominação são estruturalmente organizados para reproduzir relações sociais de dominação e subordinação. A linguagem do patriarcado é belicista, sexista e militarista porque permite aos homens manter papéis sociais e hierarquias, estabelecendo diferenças de poder entre homens e mulheres. A linguagem patriarcal, conseqüentemente, não é neutra e muito menos pacifista (PEREJUAN, 2016, p.68).

É por esse motivo que, em última análise, pode-se inferir que são as Forças Armadas enquanto mecanismo de garantia da ordem e segurança pública à serviço daqueles no comando

do Estado, reivindicam para si o monopólio da violência através de dispositivos institucionais. Assim, atribuir violência legítima acaba por se parecer muito com legitimar a violência como instrumento de resolução de conflitos (CAMPS-FEBRER, 2016). Ainda, é crucial lembrar que o Estado, enquanto principal agente no fomento do discurso pró-militarismo, possui diversos canais midiáticos essenciais e agentes sociais e institucionais à seu serviço. Difundem, dessa maneira, que a ideia de militarização é essencial para manter a ordem e a segurança nacional e permitir o bom funcionamento do Estado - através desses ideais, o uso da força é mais uma vez, não só legitimado, mas também encorajado.

Mais uma vez, reitera-se que esse discurso traz valores de masculinidade, poder e supremacia, servindo como um catalisador para promover desigualdades de gênero (BOVÉ, 2016), e enfim compreende-se que

A militarização aplicada às relações é, portanto, a influência do discurso militar nos aspectos que compõem as relações interpessoais. Isto acontece em pequena escala, no nosso dia a dia, e também nas relações estabelecidas pelo governo tanto na sua política interna como externa (BOVÉ, 2016).

3. Plataformas Digitais como Catalisadores de Valores Hipermilitarizados: o fomento dos conteúdos militarizados e patriarcalistas nas redes sociais disfarçados de humor.

Grandes mídias aliadas à indústria do entretenimento são meios de propaganda valiosos para diversos fins, potencialmente, na nossa Era do Imediatismo digital. Normalmente, os grandes canais são vinculados à elites, sejam elas econômicas ou políticas, mas sempre, com forte viés ideológico. Na análise desta pesquisa, observa-se sempre a caracterização dos valores e símbolos hipermilitarizados em consonância com discursos que visam à humilhação e vexação feminina - quando não diretamente, são em sua maior parte, disfarçados de conteúdo humorístico.

Como já evidenciado neste ensaio, há sempre a figura masculinizada, forte, violenta que luta por algo - em detrimento da figura percebida como um inimigo comum da sociedade (a parte que se sente representada por esses valores). Acerca disso, podemos analisar os sujeitos e

suas visões de representações sociais de si mesmos e do grupo em que estão inseridos, sob a abordagem do “*ethos* do guerreiro”, vide elucidação teórica de Geertz (2008):

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. A crença religiosa e o ritual confrontam e confirmam-se mutuamente; o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica. Essa demonstração de uma relação significativa entre os valores que o povo conserva e a ordem geral da existência dentro da qual ele se encontra é um elemento essencial em todas as religiões, como quer que esses valores ou essa ordem sejam concebidas. O que quer que a religião possa ser além disso, ela é, em parte, uma tentativa (de uma espécie implícita e diretamente sentida, em vez de explícita e conscientemente pensada) de conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza sua conduta (GEERTZ, 2008, p.95).

A partir dessa abordagem, é evidente que a identidade dos sujeitos se estrutura sobre a figura idealizada do homem forte, tradicional e portador de valores morais rígidos, que também se coloca como um combatente, sempre pronto para a defesa de seus ideais e opiniões contra inimigos percebidos. Esse combate, no entanto, ocorre majoritariamente em um campo simbólico e midiático, onde o inimigo pode assumir a forma de valores progressistas, feministas e cosmopolitas, apresentados como ameaças existenciais às estruturas sociais tradicionais.

Sendo assim, o contexto de guerra e conflito constante é uma característica comum e essencial para que os valores hipermilitarizados sejam difundidos, e nesta pesquisa, partimos do ponto de vista de que tudo que faça alusão ao desenvolvimento e independência do gênero feminino (o próprio feminismo enquanto movimento, por exemplo) é um forte inimigo em potencial. Ainda, essa identidade coletiva observada através dos sujeitos encaixados em um *ethos* específico, não somente fortalece a ideia de pertencimento do sujeito em certas comunidades, como também legitima a produção e disseminação de conteúdos carregados de violência simbólica e discursiva, especialmente contra mulheres, o feminismo e o progressismo social. O compartilhamento desses conteúdos opera como uma prática de reafirmação identitária, na qual os membros consolidam sua adesão ao grupo por meio do reforço da violência simbólica e da rejeição a qualquer discurso que questione o status quo patriarcal e conservador.

Nesse sentido combativo, a guerra que analisamos não é mais travada apenas em meios convencionais e bélicos, mas também por meios de novos espaços, principalmente decorrentes do uso da internet, das plataformas digitais, e

que passaram a funcionar a partir da modulação de subjetividades decorrentes de instrumentos sociotécnicos, a exemplo dos algoritmos e da inteligência artificial. Os sentidos que organizam as interações são marcados pela verdade e pela moral universal a partir de certa perspectiva civilizatória ocidentária, cujas divergências são inaceitáveis e, portanto, devem ser combatidas (ROSA; SOUZA, 2023, p.127).

Por isso essa investigação se torna tão importante e essencial. É crucial entender até que ponto esses conteúdos veiculados em redes digitais podem contribuir para a efetivação da violência de gênero - crescente em todas suas modalidades no país, que, não por coincidência, também consome em aumento (e demasiado) esses *reels* no Instagram que contam com insígnias de violência de gênero marcantes, ou até mesmo aquelas que vinculam papéis de gênero a uma estrutura patriarcal, convencional e acidentalmente conservadora (muitos conteúdos, por exemplo, trazem a ideia de que o lugar da mulher é irreversivelmente, como dona de casa). Por isso,

Esse esforço quase sempre aparece junto com a violência simbólica. Piadas, humilhações, rebaixamentos, desvalorizações, ou seja, uma série de práticas que desqualificam as posições diversas. A universalização e naturalização dos conceitos trazem junto o esquadramento dos comportamentos e espaços sociais, estabelecendo padrões normativos aos grupos. Normal e anormal é o mais recorrente, mas não o único. Essa normalização, que orienta comportamentos e sentidos, é fruto das estruturas simbólicas que são reproduzidas socialmente. Ou seja, os sentidos e os comportamentos trazem em si estruturas simbólicas. Portanto, conceitos como neoliberalismo, colonialismo, patriarcado, dentre outros, aparecem como amálgamas nas ações e espaços sociais (ROSA; SOUZA, 2023, p.129).

Assim, um dos principais objetivos da pesquisa é mapear esses conteúdos e compreender, através de uma análise participante e especialmente empírica, como a disseminação das imagens, vídeos e textos podem legitimar discursos de ódio às mulheres e ao seu desenvolvimento e independência, e até, por vezes, seu aniquilamento total - visto que, em alguns conteúdos há a normalização, inclusive, de agressões físicas.

É claro que esse processo ocorre habitualmente com a normalização dos extremos e do absurdo que é comum hoje em dia nas plataformas digitais. Como já explicitado neste ensaio, os símbolos de violência são entregues a todos que acessarem às plataformas mesmo que busquem somente conteúdos humorísticos. Estes, rapidamente se somam às *hashtags* não somente de humor, mas também motivacionais - o que leva, rapidamente, a conteúdos de teor

militarizado, carregados de armas, equipamentos táticos militares, valores tradicionais que remetem à ordem militar. Atrelado a estes, são entregues com muita facilidade conteúdos e *reels* que reforçam a ideia de que o “lugar da mulher é na cozinha”, “treino de mulher é passar roupa” e “remédio para dor de cabeça feminina é (imagem de um pedaço de madeira)”.

A miscigenação dos conteúdos motivacionais, com os de teor belicista e masculinizado para em seguida se tornar um de violência de gênero, contém sempre o mesmo tipo de *hashtag* em comum na observação da pesquisa: “Humor”; “piada” ou “meme”.

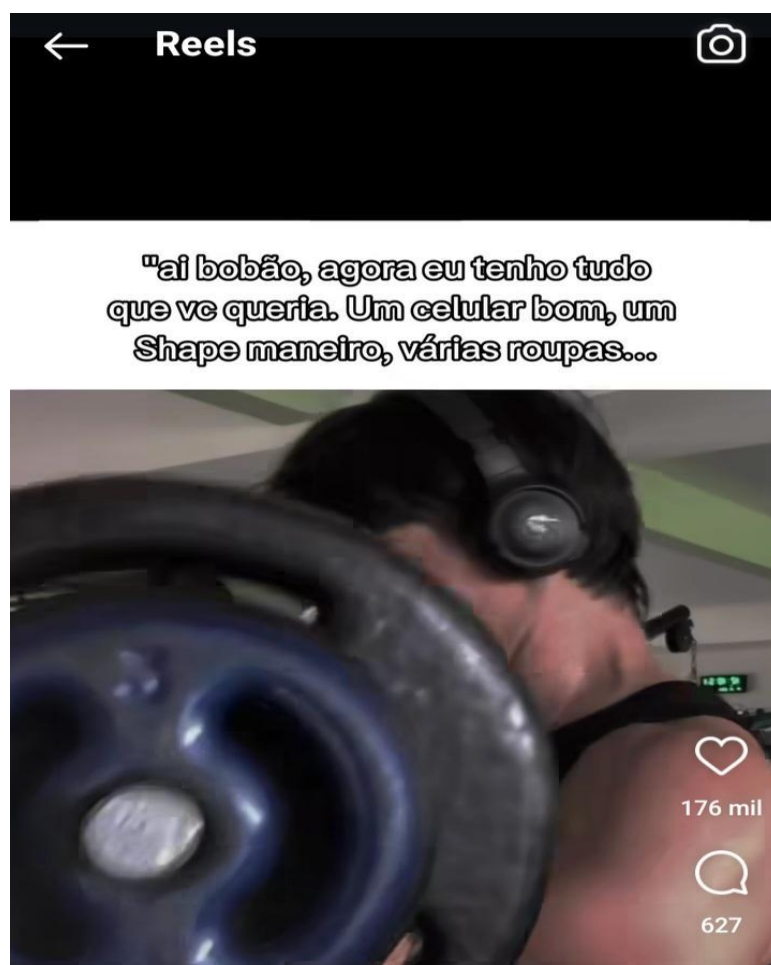


Figura 1 - Captura de tela de um criador de conteúdo de teor intitulado humorístico e motivacional no Instagram.

Fonte: Página do Instagram mostrada na aba *Explorar* (2024).



Figura 2 - Conteúdo analisado do mesmo criador, acompanhando as *hashtags* de “Piada” e “Meme”.

Fonte: Página do Instagram (2024).

Esse discurso não se limita a críticas isoladas, mas faz parte de uma estrutura maior de guerra cultural (ROSA; SOUZA et al., 2025; SOUZA; ROSA, 2023), na qual valores androcêntricos são reforçados e promovidos por meio da violência simbólica (BOURDIEU, 2011). Como destaca Segato (2014), as novas formas de conflito político não precisam de um embate direto para operar, pois a mera reprodução sistemática de narrativas excludentes e violentas já cumpre o papel de consolidar hierarquias sociais. Assim, imagens como essas não apenas reforçam uma visão misógina do mundo, mas também estruturam a própria identidade masculina conservadora, que se define na oposição ao que é considerado feminista, progressista e diverso.

Ademais, se percebermos o número de curtidas, comentários e compartilhamentos desses conteúdos, o alto volume de interações nesses espaços digitais nos evidenciam que não são discursos isolados, mas como já reiterado neste ensaio, é um sistema digital coeso, no qual a violência simbólica e a vexação, humilhação e exclusão das mulheres é normalizada através de uma piada. Nesse sentido, a violência de gênero digital não é apenas uma reprodução de discursos tradicionais, mas uma reconfiguração tecnopolítica da exclusão social, ajustada às dinâmicas de viralização e ao engajamento das plataformas.

Uma das estratégias mais comuns utilizadas para disseminar discursos de ódio contra mulheres é a reconfiguração da violência através do humor. Esse tipo de mecanismo torna os conteúdos cheios de discursos ofensivos mais compartilháveis, pois facilita para os usuários da rede social que os reproduzam sem parecer agressivos ou ofensivos diretamente, em um primeiro olhar. Como já exemplificado, um dos exemplos mais comuns dessa estratégia é a ridicularização da divisão sexual do trabalho. Imagens e vídeos que sugerem que "o treino diário da mulher é estender roupas" ou que "um ferro de passar roupa é seu mousepad de trabalho" são acompanhadas de hashtags neutras ou humorísticas, reforçando a ideia de que essas funções não são produto de uma relação de dominação, mas sim de uma ordem natural e até divertida. Essa forma de humor, ao mesmo tempo que minimiza as críticas feministas à desigualdade, normaliza a subjugação da mulher ao espaço doméstico.

Tal fenômeno ocorre a partir da convergência entre a guerra cultural e a economia da atenção, permitindo que discursos misóginos sejam amplificados e inclusive, monetizados dentro da lógica algorítmica das plataformas. Essa prática não ocorre de maneira isolada, mas faz parte de um mecanismo tecnopolítico coordenado para manter hierarquias de gênero e

reforçar valores conservadores. Como evidenciam Rosa; Ramos, et al. (2025), esses discursos são fomentados por algoritmos das redes sociais, que priorizam conteúdos engajadores, especialmente aqueles que geram reações emocionais fortes, como indignação ou riso. Tal dinâmica possibilita que conteúdos sexistas, ofensivos ou excludentes alcancem milhões de usuários, sem que necessariamente sejam denunciados ou bloqueados pelas plataformas.

Conclusão

Nesse novo contexto de guerra híbrida, esse confronto cultural às mulheres através das mídias e conteúdos disponibilizados nas plataformas digitais analisadas, são os aspectos de diferenças entre os “antagonistas” nas trincheiras que importam, mais que seu próprio conteúdo em si. Como atestado, nesse sistema, o que importa para os grupos é o pertencimento e a filiação, e os novos mecanismos corporativos na economia, no direito e na política, que promovem os valores patriarcais e militarizados, beneficiam aqueles que concordam em se posicionar e se marcar comportamentalmente como membros da rede. Há uma naturalização da noção de hipermilitarização da vida cotidiana:

Militarizamos as relações quando aceitamos o discurso de ódio contra aqueles que são diferentes, quando transformamos o “outro” no inimigo, quando aceitamos que se queremos a paz temos de nos preparar para a guerra, e não para a paz. Quando nos relacionamentos as diferenças superam as semelhanças, ou quando percebemos as diferenças como uma inferioridade do outro e concedemos mais status ao próprio grupo ou a nós mesmos. Quando nos sentimos mais seguros com uma arma do que sem ela, quando nos sentimos mais seguros com as forças armadas do que sem elas, quando o nosso discurso sobre segurança se confunde com o da defesa, quando a segurança nacional deixa a segurança humana em segundo plano. Quando aceitamos políticas invasivas de controle social, de controle da privacidade individual, justificadas para erradicar ameaças ou controlar riscos externos, pressupondo que esta violação de direitos é necessária, normalizando a situação (BOVÉ, 2016, p.51).

O impacto desse fenômeno estudado vai além da esfera simbólica. Como apontam pesquisas sobre technoconservadorismo e governamentalidade digital (ROSA; SOUZA et al., 2025), a estruturação desses discursos nas plataformas não apenas normaliza formas de exclusão, mas também contribui para um ambiente político mais hostil às mulheres, à diversidade e à participação democrática plena. Em suma, se torna uma barreira extremamente forte à erradicação para o desenvolvimento do gênero feminino na sociedade.

No cenário em que estudamos, violência de gênero torna-se um traço operacional da cultura do grupo, um mecanismo de coesão interna que seduz os usuários ao oferecer uma narrativa de pertencimento, na qual ofender e humilhar mulheres não é apenas permitido, mas incentivado. Nesse sentido, se estabelece uma lógica discursiva onde misoginia se confunde com liberdade de expressão, e a humilhação das mulheres passa a ser entendida como uma prerrogativa natural não só dos homens, mas também inclusive de mulheres que produzem esse tipo de conteúdo para ter mais engajamento nas redes sociais.

Na sociedade do espetáculo em que vivemos, onde a plataformização das relações sociais de todos os tipos é tão incentivada, o compartilhamento e engajamento com conteúdos misóginos, os usuários não apenas reforçam sua identidade coletiva, mas também naturalizam e incentivam práticas de violência. O pertencimento ao grupo, mediado pelo consumo constante desses conteúdos, legitima ações que, em outra circunstância, poderiam ser socialmente condenadas.

Como destaca Rocha et al. (2018), não estudamos apenas as imagens, mas imagens de imagens, refletidas em um salão infinito de espelhos mediados. Nesse contexto, a rua roteiriza a tela, e a tela roteiriza a rua — ou seja, a violência simbólica e discursiva presente nas mídias digitais não permanece restrita ao espaço virtual, mas retroalimenta e influencia as interações no mundo físico. Quando compreendemos que essas dinâmicas são estruturais e não meramente episódicas, fica evidente a necessidade de políticas públicas e estratégias que abordem a violência de gênero nas plataformas digitais como um problema de ordem coletiva e não apenas individual. O desafio, portanto, não se restringe à responsabilização de usuários que propagam discursos misóginos, mas se estende à transformação dos próprios mecanismos que permitem e incentivam a circulação dessas narrativas.

A normalização do extremo que advém desses conteúdos ofensivos disfarçados de *meme* não pode ser analisada sem um viés crítico, que entenda que esse tipo de discurso pode - e na maioria efetivamente consegue - transformar e legitimar violências de gênero em diferentes espectros. Como destaca Bové (2016):

Que haja uma violação sistemática dos nossos direitos não significa que seja necessária, que uma ação se repita não a justifique, que uma ação tenha uma lei que a proteja não significa que seja justa, que um governo utilize e divulgue um argumento não significa que seja legítimo. Os discursos não são legitimados pelo tempo de difusão, pelo número de pessoas que os defendem ou pelo estatuto social de quem os pronuncia. São legitimados pela sua justiça, coerência e veracidade. Em suma, militarizamos as relações interpessoais, as relações intra-estatais, as relações

internacionais... justificamos cada vez mais a violência, normalizamo-la (BOVÉ, 2016, p.52).

Assim, esta pesquisa, ainda em fase de construção para projetos mais amplos futuramente, se torna crucial para mapear essas violências tão sutis que acontecem, de forma cada vez mais crescente e acentuada, nas plataformas digitais. Andando lado a lado com outras pesquisas e outros autores, entendemos que podemos analisar um grande número de conteúdos veiculados e categorizá-los para melhor compreensão de como essas mídias são essenciais mecanismos de fomento e legitimação de discursos de ódio contra o gênero feminino, e em que medida esse crescimento interfere e gera inclusive, um aumento às agressões às mulheres.

Por isso,

Apesar de todas as conquistas no campo do Estado e da multiplicação de leis e políticas públicas de proteção às mulheres, sua vulnerabilidade à violência tem aumentado, especialmente à ocupação predatória de corpos femininos ou feminilizados no contexto de novas guerras.

Referências

BORDIN, M. **A guerra é a regra: A hipermilitarização da segurança pública no Brasil**. [s.l.]: PG editorial, 2021. ISBN: 978-602-1018-18-7, ISSN: 2252-3405.

BORDIN, M.; MORAES, P. R. B. De. **A ideia de nação e a hipermilitarização: aspectos sociológicos e políticos**. *Núcleo de Estudos Paranaenses*, [s.l.], v. 3, nº 3, p. 284–294, 2017. DOI: [dx.doi.org/10.5380/nep.v3i3.54382](https://doi.org/10.5380/nep.v3i3.54382).

BORDIN, M. **HIPERMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DISCUSSÕES INICIAIS**. Anais VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. Universidade Federal do Paraná, 2015. ISSN: 2175-6880.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a. 322 p. ISBN: 978-85-286-9963-0.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011b.

CAMPOS, C. H. De; CARDOSO, F. da S.; BERNARDES, M. N. **Neoconservadorismos e ideologias antigênero na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. Oxford: Routledge, 1980.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. *Stanford Law Review*, [s.l.], v. 43, nº 6, p. 1241, 1991. ISSN: 00389765, DOI: [10.2307/1229039](https://doi.org/10.2307/1229039).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**.- 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.

LEIRNER, P. C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda, 2020. ISBN: 978-1-62623-977-7.

MARTINS, F. **Feminismos criminológicos e “tecnopolíticas”: novos ‘quadros’ para violência de gênero**. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 28, nº 3, p. 1–18, 2020. ISSN: 0104026X, DOI: 10.1590/1806-9584-2020V28N363035.

MISSE, Michel. Violência e Teoria Social. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Vol.9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 45-63. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v9.n.1.7672>.

ROCHA, Álvaro Oxley da. **Explorando a Criminologia Cultural** / Álvaro Oxley da Rocha... [et al.]; Organizado por Álvaro Oxley da Rocha, Salah Khaled Jr... – Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ROSA, P. O. **Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras**. Vitória: Milfontes, 2019. ISBN: 978-85-943537-4-0.

_____. **Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo, SP: Autonomia Literaria, 2024. 358 p. ISBN: 9786554970280.

ROSA, P. O.; RAMOS, L. S.; SOUZA, A.T.; OLIVEIRA, P.S. **Algoritmos y Violencia Política de Género: el impacto de redes sociales en la trayectoria política de las mujeres**.

ARACÊ, [s.l.], v. 7, nº 1, p. 3456–3470, 2025. ISSN: 2358-2472, 2358-2472, DOI: 10.56238/arev7n1-206.

ROSA, P. O.; SOUZA, A. T. et al. **The birth of the brazilian technoconservative ecosystem and the convergence of the attention economy with the culture war.**

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [s.l.], v. 18, nº 2, p. e15198, 2025. ISSN: 1988-7833, 1988-7833, DOI: 10.55905/revconv.18n.2-047.

ROSA, P. O.; AMARAL, A. J. Do; NEMER, D. B. **Plataformentalização e a virada digital.** Em: *45º Encontro anual da Anpocs*. Online: ANPOCS, 2022.

SEGATO, Laura Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.** 1a. Edición. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

SOUZA, A. T. et al. **Criminologia conservadora nas plataformas digitais: governamentalidade, crime e drogas nas práticas discursivas da extrema direita brasileira.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*, [s.l.], v. 31, nº 196, p. 271–295, 2023.

SOUZA, A. T. **Concurseiros: uma análise da trajetória e formação dos agentes do sistema de justiça criminal.** 2024. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2024.

SOUZA, A. T.; ROSA, P. O. **Gênero e sexualidade na guerra cultural: o conservadorismo no WhatsApp.** *Argumentum*, [s.l.], v. 15, nº 1, p. 125–139, 2023. ISSN: 2176-9575, DOI: 10.47456/argumentum.v15i1.38558.